

# Da memória para a história: experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar

**Renata Meirelles**

Doutoranda em História pela Universidade de São Paulo – SP;

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense – RJ;

Pesquisadora do laboratório de pesquisa Proin

(Projeto Integrado USP – Arquivo do Estado),

bolsista TIII da Fapesp.

São Paulo – SP [Brasil]

renata1meirelles@gmail.com

Com base em entrevistas realizadas com mulheres que integraram organizações de esquerda durante a ditadura militar, pretende-se, por meio desse artigo, deter-se sobre a trajetória de algumas dessas mulheres, de maneira a investigar como a experiência de combate à ditadura as marcou, como vivenciaram uma série transformações e renúncias: o anonimato social, e, por vezes, a experiência da guerrilha e a tortura.

**Palavras-chave:** Mulheres. Organizações de esquerda. Regime militar.

## 1 Introdução

Durante a ditadura militar, muitas organizações de esquerda no Brasil contaram com a participação de um expressivo número de mulheres em seus quadros.<sup>1</sup> Engajar-se politicamente, naquele momento, significava abrir mão de projetos individuais e enfrentar a permanente ameaça de cerceamento da liberdade em busca de outro projeto de sociedade. Tal ameaça se tornou mais concreta a partir da promulgação, em 13 de dezembro de 1968, do AI-5, que extinguiu o direito a *habeas-corpus* e proibia manifestações e atividades políticas. Embora desde a eclosão do golpe militar de 1964 já vigorasse uma legislação de exceção, a decretação do AI-5 e a reestruturação do aparelho repressor do regime militar – sistematizada a partir da criação da Operação Bandeirantes (1969) – representaram uma virada mais autoritária do regime. Diante desse cenário, os membros de grupos de esquerda se viram obrigados a manter o sigilo sobre a identidade passada e a construir uma vida paralela, o que significou ajustes e transformações extraordinárias, de modo que a sobrevivência e a continuidade da luta política, por vezes, dependiam do “desaparecimento” do mundo legal e da construção de uma nova identidade.

Para as mulheres, tomar parte na luta contra a ditadura pressupunha não apenas o risco de estarem sujeitas à violência do aparelho repressor, mas também contrariar as expectativas relacionadas à condição feminina na sociedade dos anos 1960-70, isto é, questionar o tradicional papel feminino de dedicação ao lar e à família. Pretende-se, por meio desse artigo, tendo como base entrevistas realizadas com mulheres que integraram organizações de esquerda, discutir como a experiência da clandestinidade as marcou e como se processaram as diferenças de gênero no interior das organizações de esquerda<sup>2</sup>.

## 2 Da memória para a história

É muito ruim ser sempre julgada como mito ou como louca.

[...] Então você começa até a pensar para quem você pode  
contar essa história.

(FERREIRA, 1996. p. 179.)

Para quem contar essa história? A indagação levantada por uma das mulheres que tomou parte na luta armada contra a ditadura permanece em aberto no tempo presente. Afinal, quais são as possibilidades de os testemunhos da história recente do país serem compreendidos, ou melhor, quem efetivamente estaria disposto a escutá-los? É Paul Ricoeur quem afirma que todo o testemunho pressupõe uma situação dialógica, isto é, “É diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido, eventualmente como ator ou vítima” (2008. p. 173) e acrescenta ser necessário que a testemunha o faça diante de alguém que confie em sua palavra. As memórias, portanto, só podem ganhar projeção se houver quem estiver disposto a escutá-las e acreditá-las.

Mas afinal como se dá a recepção, no presente momento, da memória sobre o período da ditadura? Essa resposta exige cautela e ponderação, pois ao mesmo tempo em que se assiste a um crescente número de publicações<sup>3</sup> que ajudam a recuperar parte da história recente do país, percebe-se também certa indiferença por parte da sociedade civil em relação à memória sobre a ditadura militar. Tal indiferença se revela no fato de a maioria dos arquivos referentes ao período continuarem inacessíveis ao público e na quase ausência de espaços dedicados à memória dos que lutaram na resistência à ditadura. Se hoje é possível lembrar-se da história daqueles que combateram o regime militar, isso se deve, em grande medida, ao esforço dos próprios sobreviventes que, ao longo das últimas décadas, se uniram para recompor a história daquele período, pressionando os governos democráticos que sucederam os militares a abrir os arquivos da repressão e a contar a história daqueles que foram silenciados por muito tempo.

Apesar da indiferença em relação à memória daqueles que lutaram contra a ditadura por parte dos governos democráticos que sucederam o regime militar, pode-se observar a crescente mobilização que partiu, sobretudo, de iniciativas de ex-presos políticos para construção da memória de suas lutas. É possível observar também que, ainda que timidamente, o debate sobre o período da ditadura vem, aos poucos, ganhando espaço nas uni-

versidades, em eventos comemorativos, exposições e, de maneira geral, nos meios de comunicação. Dessa forma, é nessa perspectiva de ampliação da escuta que se pretende conduzir esse trabalho, animado pela possibilidade de ouvir depoimentos de indivíduos que participaram, de forma ativa, dos acontecimentos do passado recente do país. Entre os diversos depoimentos, destacam-se, nesse estudo, entrevistas realizadas com três mulheres que vivenciaram, de diferentes formas, experiências de engajamento político, clandestinidade, tortura e reconstrução de suas identidades<sup>4</sup>. A ideia aqui é perceber os testemunhos não como “mitos”, ou seja, como figuras “folclóricas”, ou como experiências exclusivamente circunscritas à memória, mas como documentos sujeitos à apreciação e à crítica do historiador:

A mesma caracterização do documento pela interrogação que aí se aplica vale para uma categoria de testemunhos não-escritos, os testemunhos orais gravados, dos quais a micro-história e a história do tempo presente fazem um grande consumo. Seu papel é considerável no conflito entre a memória dos sobreviventes e a história já escrita. Ora, esses testemunhos orais só se constituem em documentos depois de gravados; eles deixam então a esfera oral para entrar na escrita, distanciando-se, assim, do papel do testemunho na conversação comum. Pode-se dizer então que a memória está arquivada, documentada. Seu objeto deixou de ser uma lembrança, no sentido próprio da palavra, ou seja, algo retido numa relação de continuidade e de apropriação com respeito a um presente de consciência. (RICOEUR, 2008 p. 189)

### 3 Mulheres na história

Não é preciso recuar muito no tempo para perceber que a inserção feminina nas organizações de esquerda, no fim dos anos 1960, representou

uma ruptura sem precedentes em termos de participação política em relação às gerações anteriores de mulheres. De acordo com Maria Luiza Tucci, nos anos 1930, raras eram as mulheres brasileiras que tinham consciência de sua força política. A título de ilustração, na capital federal, entre o total de inscritos para o voto em janeiro de 1933, apenas 15% eram mulheres. Ainda de acordo com a autora, o governo Vargas aprofundou o processo de exclusão das mulheres da vida pública, de modo que, até a década de 1950, para a maioria das mulheres, ainda eram reservadas poucas possibilidades de trabalho: operária têxtil, camponesa, datilógrafa ou professora. Assim, embora tenham existido exemplos de mulheres extremamente combativas e politizadas nos anos 1930, a exemplo de Olga Benário e Genny Gleiser, (CARNEIRO, s.d.) a maioria das mulheres brasileiras ainda estava circunscrita ao espaço doméstico, com poucas possibilidades de inserção na vida pública e de engajamento político. Ainda que tenham existido exemplos de mulheres revolucionárias e “à frente do seu tempo”, não se pode negar o histórico de dominação masculina que prevaleceu durante séculos na sociedade brasileira.

Pode-se considerar que apenas recentemente a história das mulheres começou a ser absorvida pela escrita da historiografia. É o caso, por exemplo, de Michelle Perrot, que se insurge contra o fato de a história ser escrita no masculino, isto é, contra o fato de as mulheres até então serem vistas como meras coadjuvantes da história ou serem classificadas em estereótipos como neuróticas, loucas ou bruxas. Assim, seu trabalho propõe um olhar mais atento sobre a vida das mulheres na sociedade francesa do século XIX, de modo a identificar como se davam as relações com os maridos, filhos, como administravam a economia doméstica e como, por vezes, tomavam parte em manifestações e motins contra a carestia. (PERROT, 1992.)

Aqui se propõe deter-se sobre os depoimentos de Cecília Coimbra, Criméia Schmidt e Vitória Grabois. A militância política de Cecília teve início em 1962, no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia

da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), quando se aproximou do PCB e, posteriormente, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), organização da qual, posteriormente, se afastou por ter se posicionado contra a luta armada. Mesmo após seu afastamento, Cecília manteve contato com seus integrantes, a ponto de hospedar alguns deles –entre os quais, Fernando Gabeira e Franklin Martins – logo após o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Elbrick<sup>5</sup>. Mesmo sem estar ligada a quaisquer organizações, Cecília foi detida e torturada em agosto de 1970 e até hoje desconhece os motivos que levaram ao seu encarceramento.

Vitória Grabois, por vir de uma família comunista, desde muito cedo, experimentou a inserção na vida política, já que seu pai, Maurício Grabois, foi deputado pelo PCB até o Partido ser cassado em 1947. No momento em que ocorreu o Golpe de 1964, toda sua família, em razão da conhecida trajetória de envolvimento com o comunismo, se viu obrigada a entrar para a clandestinidade. Enquanto seu marido, seu pai e irmão decidiram partir para a região do Araguaia, onde organizariam a guerrilha, Vitória, que nascera e vivera no Rio de Janeiro até então, foi para a cidade de São Paulo, onde permaneceu clandestina por dezesseis anos.

A militância de Criméia Schmidt remonta ao tempo em que era secundarista em Belo Horizonte. Após o Golpe de 1964, ela e sua família se viram obrigadas a fugir, de modo que Criméia optou, primeiramente, por morar no Rio de Janeiro, onde passou a estudar enfermagem. Posteriormente, partiu para a região do Araguaia para se integrar à guerrilha. Lá permaneceu por cerca de quatro anos, onde conheceu seu marido e engravidou. Por determinação do Partido e na tentativa de retomar o contato com a guerrilha, que havia sido interrompido pelo Exército na área, decidiu ir para São Paulo, onde foi detida pelo aparato repressor. Após ter sofrido torturas durante sua gravidez, foi libertada, mas seu marido foi morto durante a investida no Exército para reprimir a Guerrilha do Araguaia.

## 4 Espaço de experiências

De acordo com os depoimentos das entrevistadas, foi no meio estudantil, no início dos anos 1960, que essas mulheres optaram pela aproximação com alguma forma de debate político, seja ainda como secundaristas ou como universitárias. No princípio da década de 1960, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que até então hegemonizava as forças de esquerda no Brasil, sofreu um enorme “racha”, que deu origem a diversas organizações com diferentes orientações políticas. Em 1961, surgia a Organização Revolucionária Marxista Popular – Política Operária (POLOP ou ORM-PO), com forte influência nos meios universitários, que contestava as ideias reformistas e pacifistas do PCB, propondo a luta armada como alternativa. Logo em seguida, em 1962, era fundada a Ação Popular (AP), com influências de um humanismo cristão, em razão do contato com a Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1962, ocorreria outra cisão no interior do PCB, a saber, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PC do B) (RIDENTI, 1993), que retomava o antigo nome do partido fundado em 1922. Entre 1965 e 1968, as bases universitárias romperam com o PCB, criando as dissidências estudantis, conhecidas como “DIs”, entre as quais destacava-se o MR-8. Para as mulheres que foram entrevistadas, essas organizações representaram algumas das possibilidades de inserção política, uma vez que se encontravam presentes, em menor ou maior medida, nos meios universitários e estudantis.

Naquele momento, a participação nas lutas políticas permitia ampliar as possibilidades de escolha das mulheres, das quais, em larga medida, ainda se esperava a dedicação à família ou, por vezes, nas classes mais altas, também o exercício de determinadas profissões. Até a época recente, a família foi, em grande medida, responsável por reproduzir a dominação e visão masculinas, impondo a experiência precoce da divisão sexual dos papéis sociais, espaços e trabalho. (BOURDIEU, 2009) Entretanto, no início da década de 1960, algumas mudanças começavam a se processar

no interior de algumas famílias, sobretudo nas camadas sociais mais favorecidas, no que diz respeito ao acesso das mulheres ao ensino secundário, à formação superior e ao trabalho. É também um momento de maior distanciamento das mulheres em relação às tarefas domésticas – em razão dos modernos instrumentos técnicos e bens de consumo – e de possibilidade de adiamento da gravidez, após a introdução da pílula contraceptiva. Aquele era, portanto, um momento em que o comportamento feminino expressava uma série de tensões entre valores tradicionais e modernos, de modo que, ao mesmo tempo em que o papel tradicional da mulher começava a ser criticado, ainda se convivia com valores hoje considerados arcaicos, como a virgindade, por exemplo.<sup>6</sup>

Nos termos do historiador alemão Reinhart Koselleck, as mulheres que entraram para a luta armada nos anos 1960 e 1970 romperam o “horizonte de expectativas” (KOSELLEK, 2006) daquela geração, propiciando um novo “espaço de experiências”, que possibilitou a inserção feminina na luta política. Para Koselleck, “[...]experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro.” (KOSELLECK, 2006, p.308) Para o autor:

A experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o

ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLEK, 2006, pp. 309-310)

No “horizonte de expectativas”, de parte das mulheres dos anos 1960, estava a perspectiva de transformação da realidade socioeconômica e de poder construir uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, vislumbravam um futuro que se diferenciaria radicalmente do passado, sentimento compartilhado por parte daquela geração em escala planetária, considerando os eventos do ano de 1968 em países como França, Estados Unidos, México e Tchecoslováquia.<sup>7</sup>

À medida que se engajavam politicamente, as expectativas daquelas mulheres distanciavam-se, cada vez mais, do espaço de experiências de então, o que significou uma dupla transgressão, já que sua inserção nas lutas políticas implicava não apenas a luta contra o regime militar, mas também o rompimento com o código de gênero daquela época. Pelos depoimentos das entrevistadas, é possível perceber um jogo de tensões existentes nos comportamento da geração dos anos 1960, que convivia com permanentes conflitos entre visões de mundo modernas e a persistência de valores tradicionais. Assim, no início dos anos 1960, apesar do conservadorismo que prevalecia nas instituições, algumas mudanças na mentalidade de determinados grupos proporcionaram ambientes de caráter mais liberal, a exemplo de algumas escolas e universidades.

No depoimento de Cecília Coimbra, por exemplo, é possível perceber como sua família nutria em relação a ela expectativas que, tradicionalmente, eram associadas às mulheres e em que medida ela frustrou seus pais ao se engajar politicamente: “A minha família sempre me via como ovelha negra da família [...] a mulher tinha que estar voltada para o casamento, para os filhos e eu era justamente o contrário.” Por outro lado, no caso de Vitória

Grabois, cuja família tinha um forte histórico de lutas e inserção na vida política do país, as atitudes politizadas da filha foram encorajadas. É dessa forma, por exemplo, que seu pai comemorou o episódio em que foi expulsa da Faculdade Nacional de Filosofia (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), em setembro de 1963 – portanto, ainda durante o governo de João Goulart – por estar envolvida em um movimento pela expulsão do diretor da faculdade. Os demais pais, muito provavelmente, teriam ficado horrorizados ao ver um filho expulso da faculdade, uma vez que significava a impossibilidade de ingresso nas demais faculdades públicas do país. No caso de Criméia, seu pai, como o de Vitória, também tinha forte identidade com a ideologia de esquerda por ter sido bastante atuante na Rede Ferroviária e nas Docas de Santos, mesmo sem ter sido membro efetivo do Partido Comunista Brasileiro e, de acordo com Criméia, teve grande poder de influência em sua formação política.

O início da década de 1960, momento em que as entrevistadas se aproximaram do movimento estudantil e de organizações de esquerda, foi marcado por importantes mudanças na vida das mulheres. Conforme foi dito anteriormente, a pílula contraceptiva possibilitou que pudessem se dedicar não somente à maternidade, mas também à extensão de sua formação e ao exercício de uma profissão. Sobretudo entre as classes mais abastadas e as camadas médias urbanas, as mulheres já vislumbravam possibilidades de realização profissional, de adiamento do projeto de maternidade e de questionamento de certos costumes:

A minha geração foi a geração da liberdade, de Simone de Beauvoir, porque a nossa grande guru era a Simone de Beauvoir. A gente lia Simone [...] A classe média universitária já tinha uma outra mentalidade, que o fim específico não era a maternidade, você tinha que estudar, ter uma carreira, se profissionalizar e, depois, era uma consequência ser mãe. Eu sou a primeira geração da pílula. A pílula libertou a mulher. [...] minha mãe nasceu

em 17, elas eram diferentes porque as mulheres engravidavam e só tinha uma saída depois de engravidar, que era o aborto, que era muito complicado. E a minha geração foi a geração da pílula. Então a questão sexual já foi um grande passo. Foi a geração da minissaia. As mulheres com as quais eu me relacionava eram mulheres que tinham outra mentalidade, eram mulheres libertárias revolucionárias, mulheres subversivas (Vitória).

A partir do depoimento de Vitória, percebe-se em que medida as mulheres de sua geração, caracterizadas como “libertárias, revolucionárias e subversivas”, tinham expectativas bastante diversas da geração anterior. O depoimento de Cecília Coimbra mostra como atitudes simples do cotidiano dos grupos de universitários em que transitava transgrediam os códigos de comportamento esperados das mulheres, possibilitando a conformação de novas experiências:

[...] a gente tinha clareza naquele momento que a gente tava iniciando comportamentos até então proibidos para as mulheres. Quer dizer, tomar cafezinho, por exemplo, em pé, num bar, hoje não tem muito isso, mas antigamente tinha. Você tomava cafezinho em bares no centro da cidade, era muito comum isso, mas ali só entrava homem. Então quando nós entrávamos, um grupo de mulheres entrou ali pela primeira vez, estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ, aquilo era um escândalo, as pessoas olhavam para a gente, começar a fumar... [...]

Na memória de Criméia, é perceptível a ideia de que sua geração, ainda que timidamente, também começava, aos poucos, a questionar a dominação masculina. Dessa forma, ainda na lembrança de sua infância, certos códigos de conduta esperados das mulheres já começavam a ser questiona-

dos como, por exemplo, no episódio em que, quando criança, reivindicou iguais direitos a lazer para meninos e meninas:

[...] desde os meus doze anos eu já começava a ver que não todos eram tão iguais assim. Eu me lembro que uma das brigas, foi o seguinte: tinha um campo de várzea de futebol pros homens. Então nós fomos pro prefeito e dissemos “nós queremos um campo de vôlei de várzea pras mulheres”, “mulher de calçãozinho jogando na rua!” (risos), mas nós conseguimos! Você já começa a ver que homens têm o direito ao lazer, mulher não, fica dentro de casa bordando, quando muito lendo um romancinho água com açúcar. Essas coisas pra mim já incomodavam, mas eu não tinha uma visão feminista. Quando eu fui para o Araguaia também eu não tinha essa visão feminista.

Para Vitória, a mudança – do Rio de Janeiro para São Paulo – a fez perceber nítidas diferenças no padrão de comportamento das mulheres entre as duas cidades. De acordo com a entrevistada, em São Paulo, a inserção feminina no mercado de trabalho teria colaborado para que as mulheres paulistas tivessem uma mentalidade mais aberta em relação às cariocas:

Em São Paulo, eu até me deparei com as mulheres das camadas mais pobres, classe média baixa, essas mulheres todas trabalhavam, as mulheres proletárias já trabalhavam também desde sempre e você via em São Paulo o que você não via no Rio: mulheres bancárias, muitas mulheres no comércio. Você via de manhã, entrava num ônibus daqueles, você só via as meninas de vinte, da faixa de 20 anos, todas bonitinhas indo trabalhar em escritório [...] Então já tinha uma liberdade maior que aqui, porque a questão industrial, São Paulo era a maior. Isso pra mim foi até motivo de espanto, de ver que a mulher paulistana, ela

tinha uma outra mentalidade que a mulher carioca da classe média. Mas foi a década da abertura pro feminismo, pras mulheres começarem a se libertar, principalmente.

A geração dos anos 1960, embora, em alguma medida, já contasse com alguns espaços, como certas instituições – universidades e escolas que começavam progressivamente a difundir uma visão de mundo mais liberal – pode-se dizer que tais ambientes ainda eram exceções, levando-se em consideração que grande parte das escolas e algumas universidades ainda estavam atreladas ao conservadorismo da Igreja. Assim, apesar de as mulheres das camadas mais favorecidas contarem com possibilidades de profissionalização, ainda eram poucas aquelas que conseguiam adentrar o espaço político, seja no âmbito dos partidos, seja em organizações ou associações. Nesse cenário de restrita participação feminina na esfera política, muitas mulheres se sentiram atraídas para as lutas processadas no movimento estudantil, já que ali, em tese, era possível que tanto homens quanto mulheres debatessem diferentes projetos de sociedade em igualdade de condições.

As organizações de esquerda apareciam assim como espaço aberto para a entrada de mulheres, para o questionamento das desigualdades sociais e de debate para a construção de uma nova sociedade. Muitas mulheres viam também, no movimento estudantil, a possibilidade de construir relações menos assimétricas entre homens e mulheres. Para muitas, o poder de atração estava em participar de grupos que, em princípio, estariam menos sujeitas às rígidas divisões de gênero e aos tradicionais códigos de conduta e valores, que, embora comesçassem a ser questionados, ainda eram esperados das mulheres, como a preservação da virgindade, a impossibilidade do divórcio e a dedicação exclusiva à esfera doméstica.

Mesmo assim, muito embora as organizações de esquerda estivessem abertas à integração de mulheres em seus quadros, não se pode dizer que havia igualdade entre homens e mulheres. É o que se pode inferir, por exemplo, do depoimento de Angélica, (FERREIRA, 1996) que não via

igualitarismo algum no interior das organizações, tanto que, segundo ela, as mulheres ocupavam posições hierarquicamente inferiores. No caso de Angélica, a percepção de que não havia igualdade entre homens e mulheres representou uma enorme frustração, na medida em que sua aproximação com a política estava relacionada à perspectiva de poder romper com o modelo tradicional de mulher, como experiência que poderia ser libertadora, do ponto de vista das relações de gênero.

Desde o início de sua militância, Criméia afirma ter sentido dificuldades que eram inerentes às diferenças de gênero, pois, se em tese, todos eram iguais dentro das organizações, a vida cotidiana mostrava que a sociedade guardava, como em alguma medida ainda guarda, rígidos códigos de conduta que diferenciavam homens e mulheres. A entrevistada relata que participar, por exemplo, das “pichações” representava um problema, já que eram realizadas durante a madrugada. Como morava em um internato que fechava as portas, impreterivelmente, às dez da noite, tinha que ficar “perambulando” pelas ruas do Rio de Janeiro durante a madrugada até a hora combinada, o que a fazia, muitas vezes, ser confundida com prostitutas. Ao relatar tal problema para seus companheiros de organização, Criméia não teve como resposta a solidariedade esperada ou uma solução para tal problema, uma vez que os integrantes não estavam dispostos a levá-la para suas respectivas casas, caso fosse necessário. A reação à solução proposta por Criméia, como se pode ver, mostrava certo despreparo por parte dos integrantes de organizações de esquerda para lidar com a participação feminina:

Aí eu falei assim, olha gente: “eu não vou fazer mais isso não. Ou vocês me levam para a casa de vocês e aí a gente espera juntos, ou eu não vou fazer mais isso. “mas como, companheira?” “Somos todos iguais” “Você é uma mulher emancipada?” eu falei: “eu sou, mas o mundo não é”. Não é até hoje. Isso teve muita briga porque você imagina, a gente tinha 17, 18 anos, se ia levar uma

menina desconhecida para casa, o que quê os pais iam pensar deles? Agora, a pobre da menina ficava lá rolando na rua. Então dava muita briga, tive muita briga por isso.

Ao ir para o Araguaia<sup>8</sup>, Criméia afirmou também ter sentido discriminação por ser considerada “frágil”. De acordo com o seu depoimento, as condições de sobrevivência na região do Araguaia eram duríssimas, implicavam esforço físico para o abastecimento das casas com água, comida e para a obtenção de lenha, além de conviverem diariamente com os riscos do ataque de animais. Uma das divergências relatadas por Criméia foi em relação ao tipo de roupa que utilizaria na região. Enquanto seus companheiros argumentavam que deveria utilizar vestidos – como as mulheres locais, a fim de evitar que chamasse atenção para a presença dos guerrilheiros na região –, Criméia sustentava que deveria utilizar calças para evitar as picadas de mosquitos e de animais peçonhentos e conta que foi com muito esforço que conseguiu convencer os demais companheiros de que deveria utilizar tais vestimentas no lugar de vestidos. Da mesma forma, houve também divergências a respeito de andar ou não armada, pois, conforme lembra a entrevistada, todos os homens na região tinham o costume de andar armados para enfrentar os possíveis ataques de animais selvagens, enquanto as mulheres não tinham o mesmo hábito. Criméia afirma ter brigado bastante com os companheiros para convencê-los que ela também tinha o direito de se proteger não apenas de animais selvagens, mas também de possíveis abusos sexuais que poderiam ocorrer em uma região tão isolada como aquela.

De acordo com as entrevistadas, o aparelho repressor do regime militar, para além dos métodos violentos de tortura, aplicados indistintamente a ambos os sexos, se utilizou de formas de opressão particulares ao lidar com as mulheres. Embora permaneça um tema tabu, é sabido que muitas sofreram diversos tipos de violência sexual (FERREIRA, 1996) e, além disso, foram também depreciadas ante sua condição feminina, pois, ao se engajarem politicamente, estavam transgredindo também o papel que lhes era

esperado desempenhar como mulheres. Dessa forma, além de serem qualificadas como promíscuas e prostitutas, tiveram sua feminilidade atingida:

Nós fomos depreciadas quando fomos presas [...] quer dizer, como é que as pessoas nos recebiam quando éramos presos? “oh, sua puta, vagabunda, com quantos você trepou? (Cecília Coimbra).

Eles usam muito, algumas coisas assim, vamos dizer [...] pelo fato de você estar na organização, “você é prostituta, você é feia, você é não sei o quê, você é gorda, você é magra, você tem barriga, você não tem, seu peito tá caído.” Enfim, tudo isso que faz parte do que deve ser a mulher e o que não deve. Bem, no caso, eles só chamavam a gente do que não deve, do que a modelinho não deve ser. Então, pra eles, todas eram feias. Eles se masturbavam durante a tortura. Quer dizer tudo isso tem conotação diferente para a mulher e para o homem. Além do fato, por exemplo, de mulher que foi presa com filhinho pequeno, eu fui presa grávida, tive o filho na prisão. Isso tem uma conotação de gênero. E quando eu saí da prisão, logo em seguida, aí eu já tinha, nessa altura dos acontecimentos, eu já tinha muita consciência de que ser mulher nessa sociedade é bem mais difícil do que ser homem (risos) (Criméia Schmidt)

A tortura, portanto, tinha um componente de gênero que não pode ser negligenciado e isso ficou particularmente evidente no caso de Criméia, que foi detida e torturada quando estava grávida, com seis meses de gestação. Apesar de tanto homens quanto mulheres terem sido submetidos às mais bárbaras formas de tortura, as mulheres foram atingidas de forma particular, uma vez que se encontravam sempre nas mãos de agentes da repressão do sexo masculino, ou seja, sofreram todos os tipos de constrangimentos e sofrimentos sob o olhar de alguém que lhes era diferente. O depoimento de

Criméia mostra que o fato de estar sob o controle de indivíduos de sexo diferente trazia para a mulher uma série de constrangimentos e humilhações que os homens não sofriam: “A tortura tem um enfoque de gênero, que eu acho que é consciente. Porque é o seguinte: só homens torturam e todos os torturados ficam nus na tortura. Então, isso aí pra mulher e pro homem é completamente diferente.”

O ambiente machista do aparato repressor, por outro lado, por vezes, poderia não intencionalmente e, de maneira surpreendente, favorecer algumas mulheres, que poderiam, por vezes, ter sua militância política menosprezada dentro das organizações que estavam vinculadas. Vistas por agentes da repressão apenas como “mulher-objeto”, com o único fim de “servir sexualmente” aos militantes, podiam ser consideradas “burras” ou desinformadas. Esse desprezo pelas atividades das mulheres poderia ser, portanto, estrategicamente importante, já que permitia maiores possibilidades de mentir durante as sessões de tortura, fingindo desconhecer as atividades de militantes das organizações às quais estavam ligadas. Nas palavras de Criméia:

Agora, também, por outro lado, a repressão, por ser machista, nos achava burra. Isso nos permitiu mentir com mais segurança. Eu acho. Eles nos achavam mulher-objeto, que a gente estava na luta para servir aos homens sexualmente, na cozinha (risos). Eles eram muito machistas, eram não, são, porque eles não mudaram. Nem eles nem a esquerda mudou muito. As mulheres é que mudaram. [...] Eu acho que achar a gente burra foi bom pra gente, desqualifica a gente, mas eu não tô ali pra ser qualificada (Criméia)

Em seu caso, a desconsideração por sua militância política pelos agentes da repressão foi de tal ordem que chegaram a pensar que Criméia seria empregada de sua irmã, versão que conseguiu sustentar por duas semanas. De acordo com a entrevistada, era preciso bastante engenhosi-

dade para manter tal versão, já que havia permanecido no Araguaia por cerca de quatro anos e, até por isso, havia perdido a noção, por exemplo, do valor do salário de uma doméstica. No momento em que a encenação foi descoberta, entretanto, as torturas foram aplicadas com maior intensidade, em razão da raiva que os agentes da repressão sentiram por serem enganados por tanto tempo.

O engajamento político, sobretudo após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, obrigou as organizações de esquerda e seus membros, que antes ainda podiam atuar com certa margem de liberdade, a entrar para a clandestinidade. Entre os militantes de esquerda, começaram a circular crescentes denúncias de detenção e tortura, especialmente após a implantação da Operação Bandeirantes (OBAN), o que os obrigou a recorrer à sua própria “morte civil”, isto é, ao sigilo sobre a verdadeira identidade. Muitos, assim, a exemplo de Vitória Grabois, se viram obrigados a assumir uma nova identidade, o que lhes exigia elevado grau de controle emocional para manter o sigilo sobre seu próprio passado e grande capacidade de adaptação às circunstâncias que se impunham.

Logo após a eclosão do Golpe de 1964, Vitória e sua família se envolveram diretamente no planejamento estratégico do que, anos após, viria a ser a Guerrilha do Araguaia, de modo que relata ter viajado para o Mato Grosso, um dos locais cogitados para concentrar os militantes do PC do B. Quando retornou para São Paulo, decidiu engravidar, o que considera ter sido a salvação de sua vida, pois, do contrário, teria ido para a Guerrilha do Araguaia, onde seu pai, seu irmão e seu marido foram mortos.<sup>9</sup> Vitória optou então por viver na cidade de São Paulo, sob a identidade de Tereza, nome que obteve, por meio de uma certidão de nascimento conseguida de contatos do Partido Comunista. Em São Paulo, retomou os estudos e trabalhou como professora do Estado. É com a identidade de outra pessoa e como professora primária que Vitória conseguiu se manter clandestina por dezesseis anos e ainda realizar uma série de viagens internacionais a serviço

do Partido. A entrevistada ressalta, entretanto, que mais difícil do que se manter clandestina por tantos anos foi voltar a ter sua identidade de volta:

Aí na hora de voltar foi difícil... Eu acho que foi mais difícil voltar a ser Vitória do que ter sido Tereza, porque eu já tinha trinta e tantos anos, eu era uma mulher. Eu tinha uma profissão, eu era professora, independente economicamente, eu não dependia de ninguém. Agora abaixou o salário, mas naquela época, até a entrada do Maluf, eu ganhava bem. Eu morava no Brooklin, meu salário era razoável. A Vitória não tinha nada, a Vitória só tinha o científico do Liceu Nilo Peçanha, a Vitória não tinha nível superior, o que a Vitória iria fazer só com o segundo grau. Aí, como é que eu iria voltar?

## 5 Horizonte de expectativas

Ao serem interrogadas sobre o fato de terem ou não consciência do papel inédito que desempenharam como mulheres, não foi possível estabelecer uma perspectiva consensual sobre essa questão. De um lado, depoimentos como os de Vitória Grabois e Cecília Coimbra mostram que estavam conscientes do papel pioneiro que desempenharam como mulheres no cenário político brasileiro, por outro lado, Elizabeth Ferreira indica que a maioria das militantes entrevistadas não atentou para o ineditismo de seu engajamento dentro das hierarquias de gênero, o que é confirmado por Criméia Schmidt:

Olha a minha pretensão de ampliar horizontes não era como mulher [...] Subversiva no sentido de querer um mundo diferente, isso aí pra mim era tranqüilo e eu não via essa busca desse

mundo diferente para a mulher ou pela mulher, eu ainda tinha aquela visão romântica de que somos todos iguais, em direitos

Para muitas, portanto, as razões que motivaram o engajamento em organizações de esquerda estavam na expectativa de se construir uma sociedade mais justa e igualitária, opondo-se ao regime militar implantado em 1964. De qualquer modo, é curioso notar que muitas das mulheres que se engajaram politicamente no início dos anos 1960 continuaram a exercer sua militância, anos mais tarde, em organizações de perfil feminista ou em movimentos que contavam com expressiva participação das mulheres como, por exemplo, o Movimento Feminino pela Anistia (1975)<sup>10</sup>, a Comissão de Mães, Familiares e Amigos dos Desaparecidos Políticos e a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos (1977)<sup>11</sup>, em cujas frentes sempre estiveram as mulheres. Cabe destacar o papel pioneiro que teve Zuzu Angel, mãe do militante Stuart Angel, pertencente ao MR-8, na busca incessante por seu filho. A partir de 1977, surgiram os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) que proliferaram por todo o Brasil, agregando diferentes forças políticas de esquerda, que transformaram o movimento em uma frente ampla pelas liberdades democráticas, cujo papel central das mulheres é inquestionável. De acordo com Criméia:

O Movimento Feminista, ele surge com a esquerda [...] Tem muita ex-presença no movimento feminista, que busca se articular como movimento social. [...] Então nasce tudo junto, Anistia, Movimento Feminista, o Movimento de Luta contra a Carestia, as greves operárias.

A partir das entrevistas realizadas, foi possível perceber em que medida o grupo de mulheres que lutou contra a ditadura militar ao longo dos anos 1960 e 1970, em muitos sentidos, rompeu com o horizonte de expectativas da época, contrapondo-se ao que se esperava delas. Mesmo assim, cabe

ressaltar que esse foi um processo difícil e contraditório, de idas e vindas, de modo que, embora tenha avançado em algumas esferas da sociedade, em outras não conseguiu exercer nenhum tipo de influência.

A experiência de luta de mulheres que se engajaram politicamente pôde ampliar o espaço de experiência e, conseqüentemente, o horizonte de expectativas das mulheres brasileiras, algumas décadas depois. Algumas das mulheres que participaram das lutas políticas durante o período da ditadura militar continuaram a militar em movimentos feministas, que buscaram lutar pelos direitos das mulheres, colaborando para que mulheres e homens, progressivamente, tivessem oportunidades iguais de educação e inserção profissional e participação política. Com isso, lançou-se a hipótese, que não pode ser plenamente desenvolvida no limite das páginas desse artigo, de que a participação de mulheres na luta armada contribuiu para a ampliação das expectativas das gerações seguintes de mulheres em direção a uma crescente autonomia, liberdade de escolha profissional, de planejamento familiar e participação política.

### From memory to history: experiences and expectation of subversive women during the military dictatorship

Based on interviews with women who joined left-wing organizations during the military dictatorship, it is intended, through this article, to dwell on the trajectory of some of these women in order to investigate how the experience of fighting the dictatorship marked as experienced a series transformations and disclaimers: the social anonymity, and sometimes the experience of guerrilla and torture.

**Key words:** Military regime. Left-groups. Women.

## Notas

- 1 Estima-se um total de 660 mulheres que integraram os quadros de organizações armadas entre os processados judicialmente durante os anos 1960 e 1970, o que representa

16% do total de processados. (RIDENTI,1993) Muito mais difícil de dimensionar, entretanto, é o número de mulheres que não chegaram a ser processadas judicialmente, mas que foram detidas, sobre as quais não há qualquer registro. De acordo com Marcelo Ridenti, a maioria das mulheres era composta de estudantes (32,2 %), professoras (23,0%) e profissionais com ensino superior (17,8%), pertencendo às camadas médias intelectualizadas.

- 2 Utiliza-se aqui o termo “esquerda” na acepção que Jacob Gorender buscou conferir em *O Combate das Trevas*: “conceito referencial de movimentos e ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas.” (GORENDER, 1990)
- 3 Em 2010 foi publicado *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, com auxílio do governo federal, além de ter sido relançado, em 2009, em edição ampliada, o livro *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, com apoio do governo do Estado de São Paulo.
- 4 Entre os meses de agosto e setembro de 2010, foram realizadas três entrevistas com mulheres que vivenciaram a experiência da clandestinidade entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970. Além disso, no curso da pesquisa, buscou-se outros depoimentos concedidos a outras pesquisadoras, como é o caso do valioso trabalho de Elizabeth Ferreira, *Mulheres e, militância e memória*, em que a autora entrevistou 13 mulheres que foram detidas durante o período da ditadura.
- 5 O sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil ocorreu em 4 de setembro de 1969, sob o comando do MR-8 e da ALN. Os 12 participantes trocaram o embaixador por 15 presos políticos que aterrissaram no México na manhã de 7 de setembro do mesmo ano.
- 6 Essas tensões experimentadas pelas mulheres dos anos 1960 são particularmente perceptíveis na trajetória da militante Iara Iavelberg. Iara casou-se aos dezesseis e, em sua curta vida, vivenciou uma série de dilemas de sua geração: o desquite, a entrada na universidade e no mercado de trabalho, a liberdade nas escolhas amorosas, o contato com as organizações de esquerda e, por fim, a participação na luta armada. (PATARRA, 1992.).
- 7 Em maio de 1968, na França ocorreu uma greve geral de grandes proporções, ganhando o caráter de insurreição popular e levando milhares de jovens a questionarem o *status quo*. Na antiga Tchecoslováquia, durante o período que ficou conhecido como “Primavera de Praga”, o Partido Comunista Tcheco tentou implantar uma série de reformas no regime socialista que se encontrava sob influência da União Soviética. No México, o movimento estudantil, a exemplo do que ocorria na França, também se mobilizou e enfrentou a dura repressão do governo mexicano. A esse respeito, ver: MISKULIN, Sílvia. [http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/silvia\\_miskulin.pdf](http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/silvia_miskulin.pdf).
- 8 De acordo com Criméia, em 1967, os primeiros integrantes do PC do B se dirigiram para a região do Araguaia. Os integrantes do PC do B se instalaram na região, onde passaram a conviver diretamente com os camponeses, trabalhando e ajudando-os com assistência médica e conhecimentos sobre agronomia. Descoberta pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1972, a guerrilha foi reprimida pelo Exército, que contou nessa operação com um total de 20 mil homens. (ALVES, 1985).

- 9 Desde 1995, as famílias de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia, entre as quais, estão as de Criméia e Vitória, recorreram à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelas graves violações dos direitos humanos cometidas contra 70 desaparecidos políticos. Em dezembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pelos desaparecimentos políticos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia.
- 10 Foi Terezinha Zerbine quem lançou as bases do Movimento Feminino pela Anistia, primeiro movimento nacional pela anistia pós-1964, na Conferência da ONU no México, em 1975, quando foi instituído o Ano Internacional da Mulher. Ver: *Elas se revelam na cena pública: as mulheres na luta pela anistia*. In: (SILVA, 2009). Na esteira dos movimentos pró-Anistia, surgiu também o *Brasil Mulher*, publicação feita e dirigida por mulheres das mais variadas tendências políticas com o propósito de divulgar ideias feministas e de anistia para presos políticos.
- 11 ABRAMO, Zilah. *Mulheres na luta pela anistia: um exemplo, a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos*. In: (SILVA, 2009) De acordo com uma das integrantes, a comissão não era propriamente uma entidade, mas um grupo de mães formado por uma maioria de mães de universitários que havia se organizado em 1977 em solidariedade às lutas do movimento estudantil, posicionando-se contra às arbitrariedades cometidas pelo aparato repressor.

## Referências

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009
- CARNEIRO, M. L.T. *Guerreiras anônimas: por uma história da mulher judia*. s.d. Disponível em [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_guerreiras\\_anonimas.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_guerreiras_anonimas.pdf). Acesso em 25 de junho de 2011.
- FERREIRA, E. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GORENDER, J. *O combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1990
- KOSELLEK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-Rio, 2006.
- MISKULIN, Sílvia. [http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/silvia\\_miskulin.pdf](http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/silvia_miskulin.pdf)

PATARRA, J. *Iara*. Reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

RIDENTI, M. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

SILVA, H. (org.) *A luta pela Anistia*. São Paulo: Editora Unesp, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.



recebido em 7 maio 2011 / aprovado em 13 jun. 2011

**Para referenciar este texto:**

MEIRELLES, R. Da memória para a história: experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar. *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 111-134, jan./jun. 2011.